

Margem de manobra

O governo usa uma brecha legal para distribuir canais de UHF

Uma polêmica envolve a implantação das tevês a cabo no Brasil. Diz a Constituição que toda concessão dada pelo Poder Executivo deve passar pelo Congresso Nacional, mas uma portaria assinada pelo então presidente José Sarney, em dezembro de 89, tira o Legislativo da parada quando o assunto é tevê a cabo, sistema desenvolvido em países da Europa e Estados Unidos, pelo qual o consumidor paga todo mês se quiser sintonizar a programação oferecida por determinada emissora. Nos EUA, por exemplo, são incontáveis os canais especializados em filmes, esportes, noticiário, todos a cabo. Um pouco antes de deixar o governo, em março de 90, Sarney chegou a suspender os efeitos da portaria, mas aí já haviam sido distribuídas 97 autorizações. Hoje os detentores dessas concessões querem a situação definida. Argumentam que têm "direitos adquiridos" e pretendem começar a operar sem aprovação do Congresso.

Essa situação levou a Secretaria Nacional de Comunicações a convocar uma audiência pública na terça-feira, 2, para discutir o assunto. Governo e empresários falaram a mesma língua: acham que no caso das autorizações já dadas não há mais o que fazer. "A idéia é corrigir uma situação de fato", ponderou Roberto Blöis, diretor da Secretaria. Mas há quem não concorde com esse procedimento. "Vamos recorrer ao Ministério Público para impedir que essa fraude seja convalidada", alerta o jornalista Daniel Herz, especialista no assunto e espécie de pedra no

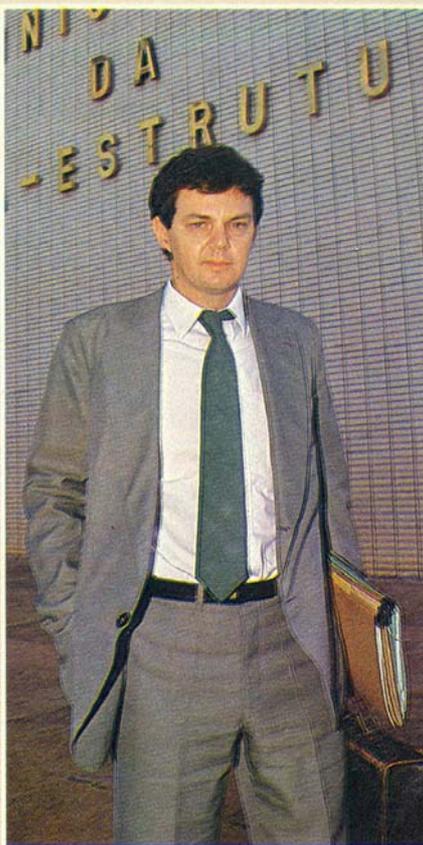
sapato do extinto Ministério das Comunicações desde 75, quando o presidente Ernesto Geisel tentou regulamentar as tevês a cabo pela primeira vez.

Na mesma linha, o deputado Tilden Santiago (PT-MG), coordenador da Frente Parlamentar pela Democratização dos Meios de Comunicação, leu recentemente da tribuna da Câmara um manifesto assinado por 107 entidades civis. "O governo quer controlar o filé do setor das telecomunicações, mas esta é uma questão de patrimônio público e, portanto, tem que passar pelo aval do Congresso", afirma Santiago. Já para alguns empresários presentes à audiência pública, o fato de a Constituição prever o aval do Congresso para as concessões de tevê é mero detalhe.

Eles argumentam, baseados em pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que 69 dos 503 deputados são proprietários de emissoras de rádio ou canal de tevê. "É como botar o cabri-

to para tomar conta da horta", ironizou um empresário. O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, deputado Antônio Britto (PMDB-RS) rebate: segundo ele, foi o Executivo que transformou rádio e tevê em moeda. O secretário nacional de Comunicações, Joel Rauber, em entrevista ao *Jornal do Brasil* de quarta-feira, 3, deu uma boa pista de como vai acabar toda essa história: "O governo não abre mão de regulamentar o serviço no âmbito do Poder Executivo."

Sulamita Esteliam



Herz quer que o Ministério Público impeça a "fraude"

to para tomar conta da horta", ironizou um empresário. O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, deputado Antônio Britto (PMDB-RS) rebate: segundo ele, foi o Executivo que transformou rádio e tevê em moeda. O secretário nacional de Comunicações, Joel Rauber, em entrevista ao *Jornal do Brasil* de quarta-feira, 3, deu uma boa pista de como vai acabar toda essa história: "O governo não abre mão de regulamentar o serviço no âmbito do Poder Executivo."

Sulamita Esteliam